

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Cautela para se posicionar sobre operação no Rio

MAURO PIMENTEL / AFP



Muitos políticos estão cautelosos em se manifestar sobre a megaoperação dos Complexos do Alemão e da Penha, no Rio. É que a opinião pública está dividida entre os que avaliam que o confronto que provocou tantas mortes no Rio era inevitável e os que condenam o que chamam de massacre. Mais uma vez, o tema provoca polarização e, neste caso, envolve o olhar de quem enfrenta diariamente a violência e o risco, independentemente de ter um viés de esquerda ou direita.

Candidatos em mode light e combativo

Os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), participaram remotamente da reunião sobre a criação do chamado “Consórcio da Paz” com apoio ao governador do Rio, Cláudio Castro (PL), sobre a operação nos complexos do Alemão e da Penha, que resultaram em mais de 120 mortes, sendo quatro policiais. Também presidenciáveis os governadores de Goiás, Ronaldo Caiado (União), e de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), foram mais incisivos. Defenderam a ação e atacaram o governo Lula.



Reprodução/Romeu Zema

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Tragédia anunciada

O Sindicato dos Policiais Civis do DF (Sinpol-DF) avalia que crise no Rio de Janeiro é “tragédia anunciada” por falta de investimento em investigação. Segundo o presidente da entidade, Enoque Venancio de Freitas, a ausência de estrutura e valorização enfraquece o trabalho policial e permite o avanço das facções criminosas. “O que assistimos no Rio de Janeiro e em outros estados é resultado do sucateamento da investigação. Sem recursos, tecnologia e reconhecimento, o trabalho das polícias civis se torna reativo e o crime ocupa o espaço deixado pelo Estado. A população hoje colhe, infelizmente, as consequências desse descaso”, afirma Enoque.

Colapso

O Sinpol-DF aponta que o colapso da segurança pública do Rio expõe o abandono histórico das polícias civis e reforça a eficácia do modelo investigativo do DF. O dirigente ressalta que, diferentemente do cenário vivido por outros estados, o Distrito Federal se mantém livre do domínio das grandes facções graças ao trabalho contínuo e altamente técnico da Polícia Civil do DF (PCDF). A atuação baseada em inteligência e investigação especializada, segundo o presidente da entidade, tem impedido que grupos criminosos fixem raízes na capital do país, tornando o DF um ambiente hostil ao crime organizado.

Ed Alves/CB/DA.Press



Popularizando a AGU

O programa “Escola da AGU vai à Escola” realizou, em outubro, uma visita ao Centro de Ensino Médio (CEM) 05 de Taguatinga. O objetivo do programa é desmistificar a atuação da Advocacia-Geral da União, apresentando a instituição como uma defensora estratégica dos interesses do Estado e dos cidadãos. A iniciativa, promovida pela Escola Superior da Advocacia-Geral da União (ESAGU), reuniu membros da Advocacia Pública Federal, professores e estudantes do Ensino Médio em um diálogo sobre cidadania, democracia e o papel da AGU. A palestra inaugural foi conduzida pelo diretor-geral da ESAGU, João Carlos Souto, idealizador do programa, que apresentou de forma didática e acessível o papel institucional da AGU e as carreiras que a compõem.

Orçamento na pauta

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) da Câmara Legislativa do Distrito Federal realiza audiência pública, nesta segunda-feira (3), para discutir o projeto de lei nº 1937/2025, do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do DF para o exercício financeiro de 2026 (PLOA/2026). O debate será realizado no plenário da Câmara, a partir das 10h.



MANDOU BEM

O Governo do Distrito Federal criou um programa, o Opera-DF, para acelerar a fila de cirurgias eletivas na rede pública. Como a Eixo Capital mostrou, a Secretaria de Saúde do DF contratou sete hospitais e três empresas de anestesia para executar milhares de cirurgias eletivas de diversas especialidades.



MANDOU MAL

A situação de violência no Rio chegou a um ponto de guerra civil em que o Poder Público precisa enfrentar um poder bélico mais forte do que o disponível pelas forças de segurança para cumprir mandados de prisão nas comunidades. O resultado do confronto foi a morte de 121 pessoas, sendo quatro policiais e inúmeros feridos.

“A discussão desta semana vai muito além de segurança pública do Rio de Janeiro. O que estamos enfrentando é um problema internacional. A Argentina e o Paraguai já classificaram o Comando Vermelho como grupo terrorista. E não é por acaso”

Governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL)



Rafael Campos/CB/DA Press

“O Rio de Janeiro viveu um dia de horror - e o responsável tem nome: Cláudio Castro. A política de segurança pública do seu governo é uma tragédia anunciada. Sem planejamento, sem inteligência, sem compromisso com a vida. Expôs policiais, aterrorizou comunidades e paralisou uma cidade inteira”

Deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ)



Mário Agra/Câmara dos Deputados



SÓ PAPOS

ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA



A expectativa é de que a sabatina do procurador-geral da República, Paulo Gonet, seja realizada na Comissão e Constituição é Justiça (CCJ) do Senado em 12 de novembro. O relator, senador Omar Aziz (PSD-AM), apresentou parecer favorável à recondução para mais dois anos de mandato.

À QUEIMA-ROUPA



MANOEL ARRUDA,
advogado, presidente regional do União Brasil

Reprodução/Instagram



“Segurança pública não pode virar palanque. O Consórcio da Paz é gestão e coordenação entre estados que estão entregando resultado. Quem politizou o tema foi o governo federal”

Governadores de direita se reuniram e criaram o “Consórcio da Paz”. Participam apenas integrantes da oposição. O tema virou embate eleitoral?

Segurança pública não pode virar palanque. O Consórcio da Paz é gestão e coordenação entre estados que estão entregando resultado. Quem politizou o tema foi o governo federal quando empurrou a conta para os estados e se omitiu no que é competência da União. Artigo 144 é claro: segurança é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, e a União tem de participar.

Na sua opinião, a megaoperação do Rio nos complexos do Alemão e da Penha foi bem-sucedida?

Sim. A triste ressalva refere-se à perda da vida de quatro policiais e de outras dezenas de agentes das forças de segurança feridos nesta guerra contra narcoterroristas. Sem dúvidas, enfraqueceu a capacidade bélica e logística do crime. Agora é

garantir perícia rápida, cadeia de custódia e continuidade para impedir recomposição. A opinião pública respaldou: segundo o Datafolha, 57% dos moradores do Rio e da região metropolitana consideraram a operação um sucesso.

Como o governo federal pode ajudar o Rio e outros estados nas questões de segurança?

Agindo onde é sua competência. Fronteiras vigiadas com tecnologia e material às polícias estaduais. Além do emprego regular das Forças Armadas na integração entre Polícia Federal, Receita e Banco Central para bloquear o dinheiro do crime em tempo real. Cooperação internacional viva. Política penitenciária que silencie comunicação ilícita e isole lideranças. Apoio jurídico e material às polícias estaduais. Além do emprego regular das Forças Armadas no monitoramento das fronteiras.

O União Brasil vai apoiar a PEC da Segurança no Congresso?

Apoiaremos o que protege o cidadão e fortalece quem está na linha de frente. Vamos trabalhar por aprimoramentos que garantam proteção jurídica ao policial, confisco ágil de bens, banco nacional de organizações criminosas, bloqueio efetivo de sinal e aparelhos em presídios e metas de desempenho para órgãos federais.

Qual a sua avaliação sobre as mudanças propostas pela PEC?

O mérito está em endurecer o regime e dar instrumentos modernos. Mas lei forte sem execução vira manchete. É preciso prever mecanismos de implementação, metas e avaliação. Endurecer no papel e afrouxar na

prática não resolve. A regra é cortar o oxigênio financeiro das facções e manter liderança isolada. É dever da União assunção de responsabilidade, não apenas com apoio logístico pontual, mas com uma política de fronteira contínua e integrada, e com mecanismos de compensação financeira aos estados.

Como o Distrito Federal pode e deve contribuir para solucionar a crise no Rio?

O DF pode e deve adotar uma postura de contribuição. Isso significa na prática firmar convênios com o Ministério da Justiça para troca de dados e apoio logístico, ceder estrutura de comando e efetivos da polícia civil e militar em operações conjuntas quando requisitado, reforçar o bloqueio de celulares nos seus presídios e compartilhar protocolos, reprimir lavagem de dinheiro e receptação na sua jurisdição e encaminhar provas à Polícia Federal e ao Ministério Público, além de apoiar planos integrados

nas rodovias federais que cruzam o DF. Cooperação técnica com direção federal e respeito ao pacto federativo.

E o debate local sobre segurança pública? Como será na campanha?

Sem lacração e sem corte de vídeo. As forças de segurança do DF (Polícias Militar, Civil e Penal) têm atuado e reduzido os índices de criminalidade, entretanto, a segurança pública está, segundo pesquisas recentes, no topo das prioridades. Em 2026, os candidatos deverão apresentar proposta, meta e exigir maior transparência. Mais patrulhamento orientado por dados, videomonitoramento útil, integração real entre polícias e discutir a criação de uma Guarda Distrital, proteção jurídica e material aos agentes que atuam na ponta, e foco total em reduzir crime violento e roubo. O cidadão quer sair de casa, trabalhar e voltar em segurança. É isso que o União Brasil irá discutir, colaborar e exigir dos candidatos, em nome da população do Distrito Federal.